

DEMOCRACIA, SUBJETIVIDADE POLÍTICA E ELEIÇÕES NA REFLEXÃO FILOSÓFICA DE SLAVOJ ŽIŽEK

DEMOCRACY, POLITICAL SUBJECTIVITY AND ELECTIONS IN THE PHILOSOPHICAL REFLECTION OF SLAVOJ ŽIŽEK

Gérson Pereira Filho*

Marcus Vinicius Quessada Apolinário Filho**

RESUMO

O presente artigo se apoia em um método dedutivo de caráter teórico-bibliográfico e possui como objetivo central a elucidação da fase inicial do pensamento do filósofo esloveno Slavoj Žižek. Sobre tudo, nós voltamos às suas reflexões a respeito da democracia, da subjetividade política e das eleições liberais. Nesse esforço, buscou-se trazer alguns aspectos biográficos importantes da formação intelectual e da atuação política do autor no interior do antigo regime Iugoslavo. Depois, fez-se de suma importância a elucidação da vital comunhão que o autor estabelece com o filósofo francês Claude Lefort, sua principal referência político-filosófica no que tange à reflexão quanto à democracia, bem como apontar para as suas aproximações e posteriores distanciamentos do projeto de “democracia radical” de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau. Por fim, o trabalho propôs uma possível leitura das eleições democráticas, tal como concebidas pelo autor nessa fase inicial de sua obra, à luz de suas teorizações do conceito político de “ato”.

Palavras-chave: Democracia; Subjetividade Política; Eleições; Slavoj Žižek.

ABSTRACT

The present article uses a deductive method of theoretical-bibliographic character and has as its main objective the elucidation of the initial phase of the thought of the Slovenian philosopher Slavoj Žižek. Above all, we turn to his reflections on democracy, political subjectivity and liberal elections. In this effort, we sought to bring some important biographical aspects of the intellectual formation and political action of the author within the former Yugoslav regime. Afterwards, it was extremely important to elucidate the vital communion that the author establishes with the French philosopher Claude Lefort, his main political-philosophical reference when it comes to reflection on democracy, as well as pointing to its approximations and subsequent distances from the project of “radical democracy” by Chantal Mouffe and Ernesto Laclau. Finally, the work proposed a possible reading of democratic elections, as conceived by the author in this initial phase of his work, in light of his theorizations of the political concept of “act”.

Key-words: Democracy; Political Subjectivity; Elections; Slavoj Žižek.

* Graduado em Filosofia e História, com mestrado, doutorado e pós-doutorado pela Unicamp, onde também manteve vínculo de pesquisador colaborador. Docente do Departamento de Filosofia da PUC MINAS - Campus Poços de Caldas-MG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6102536293896338>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5838-202X> E-mail: gerson@pucpcaldas.br.

** Graduando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Campus Poços de Caldas e pesquisador bolsista de iniciação científica pelo PIBIC-CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7664187009474030>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7541-932X> E-mail: marcusapoli@gmail.com.

INTRODUÇÃO

*O Estado sou eu.
Rei Luís XIV*

*Não se pode reinar inocentemente.
Louis Antoine de Saint-Just*

*Mas quem é o partido?
Está dentro de um prédio com telefones?
Seus pensamentos são secretos, suas decisões desconhecidas?
Quem é ele?
Nós somos ele.
Tu eu e vós — nós todos.*

Bertolt Brecht

Nascido em 1949, na cidade de Liubliana, capital da Eslovênia — a mais próspera e mais “ocidental”¹ das províncias da antiga República da Iugoslávia —, Slavoj Žižek tem se tornado, nas últimas décadas, um dos principais filósofos contemporâneos do campo crítico. Detentor, junto da *Sociedade de Psicanálise Teórica* de Liubliana, de uma leitura renovada da tradição do idealismo alemão (Kant, Fichte, Schelling e Hegel) sob as lentes críticas do psicanalista francês Jacques Lacan, Žižek toca — por toda sua extensa obra — questões que concernem diretamente às problemáticas próprias da filosofia e prática política marxistas ou não.

No âmbito dos estudos žižekianos, as produções que tocam e abarcam as reflexões político-filosóficas de Žižek sobre a democracia e o totalitarismo são — quando não raras —, em sua maioria, contraditórias e divergentes entre si, sobretudo no que compreende o período de sua produção filosófica objeto de nosso trabalho, isto é, aquela que vai da publicação de sua tese de doutorado *O mais sublime dos Históricos* (1986) à obra *Tarrying with the negative* (1993).

Assim, ver-se-á que a reflexão inicial de Žižek a respeito da democracia/totalitarismo, além de ser influenciada pela prática e atuação política do próprio autor e dos grupos artísticos dissidentes da antiga Iugoslávia, guarda íntima relação com as teorizações do filósofo político francês Claude Lefort, sobretudo no que diz respeito às suas reflexões sobre a *invenção democrática* e a instituição de um *lugar vazio do poder*. Em seguida, realizaremos uma breve incursão nas proximidades e distanciamentos tomados por Žižek frente ao projeto de *democracia radical* de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe ao longo desse contexto intelectual inicial. Por fim, propomos uma possível leitura das eleições tais como concebidas pelo filósofo frente às suas reflexões iniciais sobre o conceito de *ato*, fundamental para a mudança de paradigma em sua leitura da política que se realizava na democracia liberal tal como hoje conhecemos.

¹ Tal rótulo se deve tanto pela localização geográfica da Eslovênia quanto por seu papel econômico durante o regime Iugoslavo. Para uma análise mais detalhada, Cf. PARKER, Ian. *Slavoj Žižek: a critical introduction*. Londres: Pluto Press, 2004. p. 28-30. e IRWIN, Jones; MOTOH, Helena. *Žižek and his contemporaries: On the emergence of the Slovenian Lacan*. Londres: Bloomsbury, 2014. p. 13-33.

Disto, valendo-nos de uma metodologia de pesquisa de cunho teórico-bibliográfico temos como objetivo central a elucidação deste breve período de entrada da obra žižekiana nos meandros filosóficos ocidentais, principalmente naquilo que compreende as reflexões do filósofo a respeito de temas caros à teoria e filosofia política e do direito contemporâneas, quais sejam, a reflexão sobre a democracia/totalitarismo, a subjetividade política e as eleições liberais.

Contextos Iniciais

Žižek, apesar de possuir certos trejeitos teóricos do estruturalismo francês a que, em grande medida, é devedor, possui uma trajetória biográfica e intelectual que é, no mínimo, muito singular. Vindo da experiência do “socialismo real” na antiga República Socialista da Iugoslávia, Žižek trouxe outros ares para os debates filosófico-psicanalíticos da França dos anos 1980, sobretudo no que diz respeito ao modo com que traz a figura de Hegel e Marx para um ambiente psicanalítico que se via como estranho a esses dois autores e, também, a sua nova proposição de funcionamento da ideologia, que se daria através de um aparato cínico e fantasista que, segundo o autor, imperava nos meandros da *nomenklatura* da Liga dos Comunistas da Iugoslávia — partido que detinha o poder sob o regime socialista Iugoslavo.

Importante colocar que no contexto filosófico da república da Eslovênia — terra natal de Žižek — imperavam, à época de formação do filósofo, duas vertentes filosóficas principais: uma fortemente influenciada por Heidegger e outra seguidora do pensamento marxista-frankfurtiano². E será já nesse contexto inicial de formação que, por parte de Žižek, dá-se uma primeira tomada de distanciamento da ideologia marxista oficial, pois o filósofo opta por seguir seus estudos em uma linha heideggeriana, somada com as reflexões do estruturalismo francês proporcionadas por Jacques Derrida³, publicando, em 1971 — mesmo ano em que se forma em filosofia — sua primeira obra, chamada *A dor da diferença*.

Mais tarde, no ano de 1975, a influência do estruturalismo francês — sobretudo de via psicanalítica, trazida por Jacques Lacan — passa a exercer peso maior sobre Žižek e parte de seus contemporâneos, o que o leva a apresentar uma dissertação de mestrado intitulada *A relevância prática e teórica do estruturalismo francês* e fundar, junto de Mladen Dolar, a *Sociedade de Psicanálise Teórica*. Importante colocar que a primeira metade da década de 1970 foi, para Žižek, marcada por uma forte experiência de desemprego, fruto de um boicote, por não ter escrito uma dissertação “suficientemente marxista,”⁴ e por ter se alinhado ao pensamento estruturalista francês, malvisto pela ideologia oficial e pelos heideggerianos/frankfurtianos, que lideraram os departamentos

² IRWIN, Jones; MOTOH, Helena. *Žižek and his contemporaries: On the emergence of the Slovenian Lacan*. Londres: Bloomsbury, 2014. p. 24-26.

³ A esse respeito, Cf. ŽIŽEK, Slavoj; DALY, Glyn. *Arriscar o impossível: Conversas com Žižek*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Martins, 2006. p. 38-39.

⁴ *Ibid.*, p. 41-42.

de filosofia. No entanto, conseguiu, em 1977, um emprego de redator de discursos para a burocracia do *Comitê Central da Liga de Comunistas da Eslovênia*, o que foi, em larga medida, central, para que Žižek entendesse a forma *cínica* de funcionamento da ideologia oficial.

Devo dizer que outras duas experiências também foram muito instrutivas para mim e ainda hoje marcam minha abordagem da ideologia: o exército iugoslavo e o trabalho no comitê central, onde pude observar como funcionava por dentro o poder do Partido Comunista. Ali eu já tinha aprendido com a própria vida a ideia básica do funcionamento cínico da ideologia: a ideia de que, para funcionar, a ideologia não deve levar-se demasiadamente a sério.⁵

Já em 1981, Žižek torna-se Doutor em Filosofia na Eslovênia e viaja para a França a fim de selar o distanciamento de seu passado regado às leituras de Heidegger e Derrida, sob a orientação de doutorado, do psicanalista Jacques-Alain Miller — genro e então “herdeiro” da obra de Lacan —, o que o leva a publicar, no ano de 1988 (dois anos após a defesa dessa sua segunda tese), sua obra de entrada no cenário intelectual ocidental, *O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan*. Apesar de não ter alcançado grande projeção fora de círculos psicanalíticos e acadêmicos, Žižek publicará, logo em seguida, no ano de 1989, uma versão editada do texto em língua inglesa — tida como uma de suas principais e mais influentes obras —, chamada *The sublime object of ideology* [O sublime objeto da ideologia]. Obra esta que foi na contramão da então chamada “condição pós-ideológica”⁶, sendo responsável por uma importante retomada do conceito de ideologia no léxico filosófico de seu tempo, realizada por meio de um “retorno a Hegel” que fora proporcionado pela psicanálise lacaniana⁷.

De fato, é nesse contexto inicial, que Žižek tomará grande e forte proximidade do pós-marxismo de orientação lacaniana, estabelecendo como suas principais referências filosófico-políticas da época os filósofos críticos do totalitarismo e defensores da democracia em moldes liberais, Claude Lefort, Chantal Mouffe e Ernesto Laclau. No entanto, a fim de elucidar este ponto que se faz vital para nosso trabalho, uma pequena digressão aqui se faz necessária.

Ao fim da década de 80, o regime iugoslavo passava por grandes desgastes internos e dava claros tons de seu desmoronamento, o que, de certa forma, favoreceu muito para o surgimento de grupos dissidentes críticos do regime, tais como a *Neue Slowenische Kunst* (movimento vanguardista de música, teatro e artes visuais) e a banda de rock industrial *Laibach*. Deste modo, Žižek — muito amparado nas problematizações postas pelos supramencionados filósofos do campo pós-marxista e em sua teoria do funcionamento cínico da ideologia — passará a ter um engajamento político cada vez

⁵ *Ibid.*, p. 47.

⁶ Tal “condição pós-ideológica” dá-se sobretudo naquilo que ficou conhecido como “o fim das grandes narrativas” de Jean-François Lyotard em seu *A condição pós-moderna* e, também, em “o fim da história” de Francis Fukuyama, em seu *O fim da história e o último homem*, isto é, o sentimento que ganhou corpo na academia e na política após a queda do muro de Berlim e fim da URSS de que não haveria mais alternativas ao capitalismo liberal e democrático e de que projetos fortemente nacionalistas e socialistas deveriam ficar no passado e serem, assim, denegados por não serem mais possíveis num mundo não mais regido por grandes ideologias e avesso aos totalitarismos.

⁷ ŽIŽEK, Slavoj. *The sublime object of ideology*. 2. ed. Londres: Verso, 2008. p. xxx-xxxii.

maior, envolvendo-se diretamente com tais movimentos políticos dissidentes que clamavam por democracia e eleições livres, tornando-se, inclusive, o principal norte teórico de tais movimentos⁸. Por fim, como a história mesmo nos mostra, tais movimentações da sociedade civil culminaram na independência da federação da Eslovênia com a realização de eleições livres, da qual Žižek foi um dos principais candidatos ao *Comitê Presidencial*, se candidatando com outros pelo Partido Democrático Liberal.

E, apesar de colocar-se, neste primeiro momento, como um ávido crítico da experiência socialista em seu país, Žižek não deixa de tratar o capitalismo de forma sumamente crítica e de ter Karl Marx como uma de suas principais referências filosóficas. Em larga medida, isso se deve ao fato de Žižek ver, também, a psicanálise como uma ferramenta de crítica cultural. Como observou Vladimir Safatle: “Žižek compreendeu bem que a psicanálise nunca se contentou em ser apenas uma clínica da subjetividade, mas que procurou impor-se desde o início como crítica às formações socioculturais da modernidade capitalista.”⁹ Nesse sentido, os pós-marxistas Claude Lefort, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe fornecem a articulação da psicanálise com a política, da qual Žižek se servirá em suas obras iniciais para a reflexão sobre a democracia, a subjetividade política e as eleições, o que veremos a seguir.

Invenção democrática e lugar vazio do poder

Responsável por uma vasta produção teórica sobre a democracia e o totalitarismo, Claude Lefort foi influente, sobretudo na década de 1970 e 1980, nos principais debates filosófico-políticos da França e do Brasil. Apesar de sua grande importância nas reflexões iniciais de Slavoj Žižek, tem sido negligenciado por diversos de seus importantes comentaristas políticos¹⁰. Assim, a fim de elucidar tal influência e o desenvolvimento dos conceitos de *invenção democrática* e *lugar vazio do poder* — ambos vitais para a compreensão do trato inicial que Žižek dá à democracia e ao totalitarismo — partiremos, aqui, de suas primeiras obras publicadas.

Buscando delimitar o totalitarismo e as dinâmicas próprias que o constituem, Žižek seguirá continuamente Lefort, para quem “o totalitarismo só se esclarece sob a condição de captar a relação que mantém com a democracia. É dela que surge exatamente no

⁸ A esse respeito, Cf. PARKER, Ian. *Slavoj Žižek: a critical introduction*. Londres: Pluto Press, 2004. p. 26-35., ŽIŽEK, Slavoj; DALY, Glyn. *Arriscar o impossível: Conversas com Žižek*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Martins, 2006. p. 64-65. e IRWIN, Jones; MOTOH, Helena. *Žižek and his contemporaries: On the emergence of the Slovenian Lacan*. Londres: Bloomsbury, 2014. p. 29-33.

⁹ SAFATLE, Vladimir Pinheiro. Depois da culpabilidade: figuras do supereu na sociedade de consumo. In: DUNKER, Christian Ingo Lenz; PRADO, José Luiz Aidar. (org.). *Žižek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo*. São Paulo: Hacker, Editores, 2005. p. 119.

¹⁰ A esse respeito, Cf. GRILLO, Marcelo Gomes Franco. *O Direito na filosofia de Slavoj Žižek: perspectivas para um pensamento jurídico crítico*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2013; PARKER, Ian. *Slavoj Žižek: a critical introduction*. Londres: Pluto Press, 2004., CINATTI, Cláudia; DANTAS, Gilson; FEIJOO, Cecília; *Žižek e seu diálogo com Marx, Lacan e Lenin*. São Paulo: Edições ISKRA, 2015; e GUERRA, Elizabete; TELES, Idete. (org.) *Lacunas do Real: leituras de Slavoj Žižek*. Florianópolis: NEFIPO, 2009.

momento em que ele se implanta”¹¹. Ou seja, deve-se ter de antemão que o totalitarismo é uma criação propriamente *moderna*, pois ele só se faz possível sob o pano de fundo do que Lefort chamará de *invenção democrática*. Tal invenção é fruto da Revolução Francesa que, por meio do povo, fez irromper uma profunda subversão da estrutura política do *Ancien Régime*¹², realizando aquilo que ele chama de “uma dissolução da corporeidade social”, corporeidade esta que se realizava na unidade e identidade da sociedade ao corpo do rei, que, como apontará Žižek, “legitima seu poder por referência a uma autoridade extra-social [Deus]”¹³.

Assim, por meio de uma *dessacralização do lugar do poder* e de uma *desincorporação social*, a possibilidade da democracia como o governo do povo emerge, pois o que legitima e institui o poder, passa a ser um elemento da própria sociedade, o povo, não mais algo sagrado, divino. Nesse sentido, como bem coloca Vladimir Safatle:

tal desincorporação [...] permitiria a abertura à potência de “indeterminação do social” que nos forneceria um forte princípio de distinção entre a democracia e todas as formas variadas de totalitarismo. Pois a democracia seria o governo que impede o preenchimento do exercício simbólico do poder por construções imaginárias de completude.¹⁴

Essa “indeterminação social” própria à democracia perfila-se, então, através do retrato de uma contínua resistência da sociedade civil a uma calcificação das relações sociais — principal característica do *Ancien Régime* com sua organização social baseada em estamentos. Nisso, a *invenção democrática* seria o nascimento da democracia como o regime de uma sociedade fundada pelo imperativo da indeterminação dos lugares ocupáveis na sociedade — não haveria mais a atribuição de lugares iminentemente fixos, como na sociedade estamental — e de um contínuo autoquestionamento das instituições e daqueles que ocupam o *locus* do poder. Lefort dirá que a democracia se torna o “teatro de uma aventura indomesticável, tal que o que se vê instituído não está nunca estabelecido, o conhecido permanece minado pelo desconhecido, o presente se revela inominável”¹⁵. Ou seja, na democracia não haveriam leis e enunciados que não fossem passíveis de questionamento e, menos ainda, ocupantes dos lugares do poder instituídos que não pudessem ser destituídos.

Com isso em mente, Žižek enxergará na experiência democrática de indeterminação social firmada sob o poder do povo, um paradoxo constitutivo: o povo — como entidade soberana que funda a democracia — não pode existir *positivamente*, pois

¹¹ LEFORT, Claude. *A invenção democrática: Os limites do totalitarismo*. Trad. Isabel Marva Loureiro. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 116.

¹² “A revolução democrática, por muito tempo subterrânea, explode, quando o corpo do rei se encontra destruído, quando cai a cabeça do corpo político, quando, simultaneamente, a corporeidade do social se dissolve. Então se produz o que eu ousaria chamar uma desincorporação dos indivíduos.” (*Ibid.* p. 117).

¹³ ŽIŽEK, Slavoj. *O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. p. 190.

¹⁴ SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 66.

¹⁵ LEFORT, Claude. *A invenção democrática: Os limites do totalitarismo*. Trad. Isabel Marva Loureiro. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 119.

isto implicaria sua instituição como um *corpo* no seio da sociedade, entrando em contradição com a definição própria da democracia como sociedade que se firma através da *desincorporação* e da *indeterminação social*. Assim, Žižek coloca que o povo, na democracia, só existe enquanto uma entidade *negativa*, como “um limite, uma borda que impede a identificação daquele que reina com o lugar do Poder”¹⁶. Sendo o detentor do poder de instituir/destituir os enunciados e aqueles que ocupam o lugar do poder, “o único momento de existência efetiva do ‘povo’ são as eleições, o momento em que toda a rede social se desfaz e fica reduzida a uma coleção dispersa de ‘cidadãos’ de indivíduos atomizados.”¹⁷

Žižek aponta que é nessa incapacidade de lidar com esse caráter paradoxal da democracia que os governos totalitários se constituem, pois nestes governos, liderados pelo partido/nação/religião, “o Poder é exercido em nome do Povo como entidade positiva, o que quer dizer que o detentor do Poder não mais ocupa um lugar originariamente vazio”¹⁸. Nas “democracias populares” de governos totalitários, as margens da indeterminação e da contingência do político não estariam mais abertas. O partido (encarnando, dando *corpo* aos interesses do *povo*) ocuparia, desta forma, o *locus* do poder deixado originariamente vazio pela invenção democrática, daria uma identidade fixa e uma unidade ao poder. Como coloca Lefort, p. 113): “[no totalitarismo,] o partido não aparece como distinto do povo ou do proletariado que dele é a quintessência [...] O partido é o proletariado [e o povo] no sentido da identidade. Isso ao mesmo tempo em que é o seu guia”¹⁹.

Importante colocar que tal crítica ao partido como “guia” do povo — conhecedor de supostas “leis objetivas da história” — vem também de um posicionamento crítico a certa teleologia da história marxista²⁰, que veria uma necessidade histórica do comunismo e do proletariado como sujeito político privilegiado. Assim, para Žižek, ocupar o lugar do poder valendo-se de um “conhecimento objetivo da história” implicaria tirar da democracia a indeterminação política que a caracteriza como tal²¹.

Também nesse sentido, Žižek seguirá na contramão das correntes críticas marxistas às eleições “burguesas” como “meramente formais”, que propiciam apenas uma “democracia meramente formal” constituída por “indivíduos atomizados” e “cidadãos abstratos”. Disso, localizando as eleições como ponto culminante da experiência democrática, Žižek observará que “no momento das eleições, toda a rede hierárquica das

¹⁶ ŽIŽEK, Slavoj. *O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. p. 193.

¹⁷ *Ibid.* p. 193.

¹⁸ *Ibid.* p. 193.

¹⁹ LEFORT, Claude. *A invenção democrática: Os limites do totalitarismo*. Trad. Isabel Marva Loureiro. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 113.

²⁰ Como encontramos, por exemplo, em LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

²¹ A crítica a essa necessidade/teleologia histórica marxista também é feita por Lacan, maior referência de Žižek, a propósito, Cf. SAFATLE, Vladimir. *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 135-139.

relações sociais fica suspensa, posta entre parênteses, a ‘sociedade’ como unidade orgânica deixa de existir, transforma-se numa coleção contingente de indivíduos”²².

As eleições seriam, então, o momento de instituição/destituição dos ocupantes dos lugares de poder, momento de dissolução do edifício social entregue ao puro acaso, a uma mera contagem dos indivíduos abstratos conjugados no todo. E, por mais que se possam haver fraudes, manipulações e toda sorte de problemas nas eleições, “tão logo se elimina a possibilidade dessas deformações, perde-se a própria democracia”²³. Pois isso seria uma tentativa de eximir a política democrática do encontro com a contingência e com suas impurezas próprias seria, então, a atitude antidemocrática por excelência, uma vez que buscaria dar determinações e impedimentos àquilo que possui como principal traço uma indomável indeterminação. Como Žižek mesmo ilustra a respeito da “democracia efetiva” defendida por diversos campos do marxismo, alegadamente aquele que semeava o solo do “socialismo real”:

A “democracia efetiva”, portanto, é o outro nome da não-democracia: se quisermos excluir a possibilidade das “manipulações”, teremos de “verificar” antecipadamente os candidatos, introduzir a diferença entre o “verdadeiro interesse do povo” e sua opinião contingente, submetida à demagogia e a toda sorte de provocações etc. – e com isso chegaremos ao que se chama a “democracia organizada” do “socialismo real”, onde as “verdadeiras eleições” já tem lugar antes das eleições e onde já têm lugar antes das eleições onde o ato de escrutínio já não tem valor senão plebiscitário. O que está em jogo na “democracia organizada” do “socialismo real”, portanto, é justamente *excluir a irrupção do real que marca as eleições “burguesas”: o momento da “disseminação” do edifício social numa coleção numérica de indivíduos atomizados.*²⁴

Então, neste momento de seu percurso intelectual, fica claro para Žižek que o papel das lutas por emancipação política é manter-se fiel ao legado deixado pela Revolução Francesa através da *invenção democrática*. Tais lutas deveriam fazer valer *o lugar vazio do poder*, resistindo às tentações totalitárias de fuga da indeterminação democrática, própria ao “socialismo real” — que, como vimos anteriormente, Žižek opunha-se veementemente na Eslovênia do fim da década de 80.

Democracia radical e subjetividade política

Por mais que se apresente de forma pontual, a referência a Lefort²⁵ e a referência ao projeto de *democracia radical* dos pós-marxistas Ernesto Laclau e Chantal Mouffe — presente principalmente no livro *Hegemonia e estratégia socialista* (2015) — é de

²² ŽIŽEK, Slavoj. *O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 193-194.

²³ *Ibid.* p. 194.

²⁴ *Ibid.* p. 194. Grifo nosso.

²⁵ Importante dizer que Žižek só lida de forma “amigável” com o projeto de *democracia radical* nos textos *Beyond discourse analysis* (1990), *O mais sublime dos histéricos* (1991) e em *The sublime object of ideology* (2008) — livro o qual fora publicado numa coleção de livros pós-marxistas organizada pelo próprio Laclau, no qual chega mesmo a escrever o prefácio da primeira edição publicada em 1989.

significativa relevância na produção teórica inicial de Žižek. Podemos falar, em linhas gerais, que tal projeto, que parte, também, das teorizações de Lefort sobre a democracia — localiza-se no campo da supramencionada *invenção democrática* e tem como cerne a defesa de uma política emancipatória plural que não se ampara em discursos universalistas. Laclau e Mouffe chegam a dissertar que “o discurso da democracia radical não é mais o discurso do universal do universal; o nicho epistemológico de onde falavam as classes e os sujeitos ‘universais’ foi erradicado e substituído por uma polifonia de vozes”²⁶. Isto é, tal projeto advogaria por uma articulação das mais diversas lutas por igualdade e liberdade, não vendo o “sujeito universal do proletariado marxista” como sendo politicamente privilegiado, por exemplo. A propósito, Žižek coloca:

O termo ‘democracia radical’ deles [Laclau e Mouffe] é para ser tomado de forma paradoxal: ela [a democracia] não é ‘radical’ no sentido de uma democracia pura e verdadeira; seu caráter radical consiste, ao contrário, no fato de que só podemos salvar a democracia *levando em conta sua própria radical impossibilidade*.²⁷

Levar a cabo tal “*radical impossibilidade da democracia*” significa, em outros termos, resistir à tentação totalitária de dar fim à indeterminação social que é própria à política democrática — ponto que, como vimos anteriormente, é parte fulcral do projeto democrático do qual Žižek se fia — e, também, levar a *invenção democrática* (ancorada nos princípios da Revolução Francesa de igualdade e liberdade) aos mais diferentes campos, pois, “de acordo com Laclau e Mouffe, todas as outras lutas (socialistas, feministas ...) podem ser concebidas como uma gradual radicalização, extensão e aplicação do projeto democrático a novos domínios”²⁸.

Ainda nesse sentido, a seguinte colocação de Laclau e Mouffe é, no mínimo, central: “*a tarefa da esquerda, pois, não pode ser renunciar à ideologia liberal-democrática, mas, ao contrário, aprofundá-la e expandi-la na direção de uma democracia radical e plural*”²⁹. Disto, tem-se que, por mais que Žižek tenha se destacado neste primeiro momento por retomar e renovar a crítica da ideologia marxista, a ideologia liberal-democrática (alvo maior de amplos setores da crítica marxista) seria uma barreira intransponível, pois “*toda tentativa de estabelecer uma sutura definitiva e negar o caráter radicalmente aberto do social que a lógica da democracia institui, leva ao que Lefort chama de ‘totalitarismo’*”³⁰.

No entanto, e em verdade, em 1991, com o livro *Looking Awry*, Žižek já começa a tomar uma certa distância do projeto de democracia radical de Laclau e Mouffe e das elaborações de Lefort a respeito da democracia. Contudo, o conceito de *antagonismo social* — tal como concebido em *Hegemonia e estratégia socialista* por Laclau e Mouffe — continuará presente no trato que Žižek dará à política e, por consequência, à democracia.

²⁶ LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: Por uma política democrática radical*. Tradução de Joanildo A. Burity; Josias de Paula Jr; Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015. p. 282.

²⁷ ŽIŽEK, Slavoj. *The sublime object of ideology*. 2. ed. Londres: Verso, 2008. p. xxix, grifo do autor.

²⁸ *Ibid.* p. 97.

²⁹ LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: Por uma política democrática radical*. Tradução de Joanildo A. Burity; Josias de Paula Jr; Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015. p. 264, grifo dos autores.

³⁰ *Ibid.* p. 277.

Tal conceito, vindo das leituras que ambos Laclau e Mouffe fazem da teoria do Real lacaniano, é colocado da seguinte forma por Žižek:

O verdadeiro feito de *Hegemonia* está cristalizado no conceito de “antagonismo social”: longe de reduzir a realidade a um tipo de jogo de linguagem, o campo do sociossimbólico é concebido como um campo estruturado em torno de determinada impossibilidade traumática, de determinada fissura que *não pode* ser simbolizada. Em suma, Laclau e Mouffe reinventaram, por assim dizer, a noção lacaniana do Real como impossível, eles a tornaram útil como ferramenta para a análise social e ideológica.³¹

Tal figura do antagonismo social como um limite traumático que impede a simbolização total do campo social já havia sido trabalhada em sua tese de doutorado, no entanto, nela, Žižek argumenta que o modelo mais consistente de “antagonismo” já estaria presente na dialética de Hegel, a qual consentiria com a impossibilidade traumática própria ao campo sociossimbólico³². E tais considerações a respeito do antagonismo *social* levarão Žižek a criticar a apreensão que Laclau e Mouffe fazem do conceito de *sujeito*, vital para a compreensão do distanciamento acima referido.

Na esteira do debate a respeito do conceito de *sujeito* na política (que, à época, estava muito em voga no cenário intelectual crítico)³³, Žižek coloca que:

o sujeito da democracia não é uma pessoa humana, [o] ‘homem’ em toda sua riqueza de necessidades, desejos e crenças. O sujeito da democracia, como o sujeito da psicanálise, não é outro senão o sujeito cartesiano em toda sua abstração, a pontualidade vazia que se chega ao subtrair todos os seus conteúdos particulares.³⁴

Tal colocação é vital para demonstrar as crescentes diferenças entre o projeto político de Žižek e de Laclau e Mouffe. Ao localizar o sujeito da democracia como o sujeito das meditações cartesianas, como uma *pontualidade* abstrata desprovida de predicados, Žižek coloca em xeque parte substancial do projeto de democracia radical e plural de Laclau e Mouffe, pois, para ambos, “a renúncia à categoria do sujeito, como entidade unitária, transparente e suturada, abre caminho para o reconhecimento da especificidade dos antagonismos constituídos na base de diferentes posições de sujeito”³⁵.

Por mais que haja certa concordância a respeito do caráter não substancial e não essencial do sujeito, Žižek dirá que “Laclau e Mouffe ainda concebem basicamente o sujeito de uma maneira que caracteriza o ‘pós-estruturalismo’, da perspectiva de quem

³¹ BUTLER, Rex; STEPHENS, Scott; ŽIŽEK, Slavoj. *Interrogando o Real*: Slavoj Žižek. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 249. (texto originalmente publicado em 1990).

³² ŽIŽEK, Slavoj. *O mais sublime dos histéricos*: Hegel com Lacan. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. p. 92-98.

³³ A esse respeito, ver BADIOU, Alain. *O ser e o evento*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.: Ed. UFRJ, 1996; BALIBAR, Etienne. *A filosofia de Marx*. Tradução de Vera Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. p. 35-37; e RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento*: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

³⁴ ŽIŽEK, Slavoj. *Looking Awry*: An introduction to Jacques Lacan through popular culture. Massachusetts: The MIT Press, 1991. p. 163.

³⁵ LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista*: Por uma política democrática radical. Trad. Joanildo A. Burity; Josias de Paula Jr; Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015. p. 252.

assume diferentes ‘posições de sujeito’.”³⁶ Isto é, Laclau e Mouffe, ao conceberem o sujeito como aquele que assume diferentes “posições de sujeito” (como a feminista, socialista, ecologista e etc.) entrariam em conflito com a aquilo mesmo que, pra eles, fundamenta o espaço sociossimbólico como tal, a saber, o antagonismo social:

no momento [...] em que assumimos determinada posição de sujeito, estamos *a priori*, e *por definição*, enganados, ignorando a dimensão radical do antagonismo social — ou seja, o núcleo traumático cuja simbolização sempre falha; e — essa é a nossa hipótese — é precisamente a noção lacaniana do sujeito como “lugar vazio da estrutura” que descreve o sujeito no seu confronto com o antagonismo, o sujeito que não está encobrindo a dimensão traumática do antagonismo social.³⁷

E é nessa insistência do caráter puramente negativo e mesmo “antipredicativo” da subjetividade que Žižek começa a se distanciar de tal projeto de *democracia radical e plural*. Entretanto, a visão da democracia como algo puramente *formal* — fruto da influência de Lefort — perdurará mais em seu pensamento. Como ainda podemos ver em seu *Looking awry* (1991):

[A] “democracia” é fundamentalmente “anti-humanista”, ela não é “feita sob a medida do homem (concreto real)”, mas sob a medida de uma abstração formal e sem coração. Na própria noção de democracia não há lugar para a riqueza de conteúdo do humano concreto, para a genuinidade dos laços comunitários: a democracia é um *laço formal de indivíduos abstratos*. Todas as tentativas de preencher a democracia com “conteúdos concretos” sucumbem, cedo ou tarde, à tentação totalitarista, por mais sinceras que sejam suas razões.³⁸

Assim — como exposto no tópico anterior —, o principal traço do sujeito democrático é de que, ao participar das eleições, ele participa “não como membro de um organismo social concreto, mas na qualidade de cidadão abstrato, indivíduo atomizado, o Um puro, sem outras qualificações.”³⁹ Afirmação esta que está em pura consonância com o projeto defendido por Lefort, para quem, nas eleições, a sociedade fica entregue ao “perigo do número”, o qual “é mais que o perigo de uma intervenção das massas na cena política; a ideia de número como tal opõe-se à da substância da sociedade. O número decompõe a unidade, aniquila a identidade.”⁴⁰ O que não entrará, necessariamente, em conflito com o empreendimento teórico em torno do conceito de *ato* tal como inicialmente concebido, o que se verá em seguida.

³⁶ BUTLER, Rex; STEPHENS, Scott; ŽIŽEK, Slavoj. *Interrogando o Real*: Slavoj Žižek. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 250.

³⁷ *Ibid.* p. 251.

³⁸ ŽIŽEK, Slavoj. *Looking Awry*: An introduction to Jacques Lacan through popular culture. Massachusetts: The MIT Press, 1991. p. 165, grifo nosso.

³⁹ *Id.* *O mais sublime dos históricos*: Hegel com Lacan. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. p. 92-98.

⁴⁰ LEFORT, Claude. *A invenção democrática*: Os limites do totalitarismo. Trad. Isabel Marva Loureiro. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 118.

O ato e as eleições

Seguindo a esteira de reflexão e defesa das eleições liberais-democráticas, em sua importante obra *For they know not what they do* (1991), Žižek começa a desenvolver sua própria leitura do conceito lacaniano de *ato*, o qual, mais tarde, se torna total e absolutamente central em seu pensamento político. Faz-se necessário dizer que tal conceito marca presença e atravessa praticamente a totalidade de suas reflexões políticas posteriores, mas a função que Žižek dá para o conceito desenvolve-se no tempo⁴¹.

Em verdade, Žižek já havia tratado do conceito de *ato* em sua tese de doutorado⁴², no entanto, tal trato fora realizado de forma breve e sem o apelo político que passa a ter em *For they know not what they do*. Nela, Žižek irá pensar o ato numa articulação com o conceito de “mediador evanescente” — desenvolvido por Fredric Jameson em seu *The ideologies of theory* — o que o leva, deste modo, a repensar em outros termos a então defendida *invenção democrática* de Lefort. Sucintamente, Žižek busca definir o “ato” como um tipo de agência do sujeito que está “sempre além do ‘bem e do mal’”: ele suspende os padrões éticos do que é tido como bem, mas o faz de uma forma que é inerente à própria manutenção do bem. Em outras palavras, um ato não apenas aplica os padrões éticos dados, mas os redefine.”⁴³ Já o conceito de “mediador evanescente”, pode ser definido como figura intermediária entre dois momentos divergentes entre si que, ao fim do processo, “esvanece-se”. Destarte, Žižek defenderá que:

O aparato conceitual elaborado pela teoria política “pós-marxista” (Claude Lefort, Ernesto Laclau) permite uma outra leitura [do conceito de “mediador evanescente”] que muda radicalmente de perspectiva. Neste campo [do pós-marxismo], o momento do “mediador evanescente” é o momento definido por Alain Badiou como o do “evento” em relação à estrutura estabelecida: o momento em que sua “verdade” emerge, o momento de “abertura” na qual, uma vez que a erupção do “evento” é institucionalizado em uma nova positividade, ele é perdido ou, mais precisamente, se torna literalmente *invisível*.⁴⁴

Isto é, no caso da Revolução Francesa — palco da *invenção democrática* —, o “mediador evanescente” desta dada situação seriam os revolucionários jacobinos, pois encarnaram o sujeito que realizou o *ato* de subversão do antigo absolutismo monárquico para a democracia do *lugar vazio do poder*, isto é, realizaram a passagem do *Ancien Régime* para a posterior “democracia liberal e plural”⁴⁵ e que, como Žižek aponta, por terem se

⁴¹ Como o próprio autor coloca no prefácio (escrito em 2002) da respectiva obra: ŽIŽEK, Slavoj. *For They know not what they do: Enjoyment as a political factor*. 2. ed. Londres: Verso, 2002. p. xviii.

⁴² *Id.* *O mais sublime dos históricos: Hegel com Lacan*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. p. 216-219.

⁴³ *Id.* *Enjoy Your Symptom!*. 2. ed. Nova Iorque: Routledge, 2008. p. 121.

⁴⁴ *Id.* *For They know not what they do: Enjoyment as a political factor*. 2. ed. Londres: Verso, 2002. p. 188.

⁴⁵ Contra o argumento corrente de que o terror jacobino seria a primeira espécie de “totalitarismo moderno”, Žižek sublinha que “o Terror Jacobino difere-se do terror pós-democrático ‘totalitário’ no sentido que não é terror daqueles que proclamam o direito de ‘reinar inocentemente’ em nome de sua ‘missão histórica (de classe, raça, religião)’; a própria noção de Partido como incorporação do ‘interesse histórico’ é estranho ao universo do jacobinismo. Os jacobinos, ao contrário, se percebiam como protetores do lugar vazio do poder, como guardiões contra os falsos pretendentes a este lugar: ‘o Terror é revolucionário no

sucedido nessa missão, tornaram-se supérfluos depois da concretização de seu projeto (que era fundamentalmente democrático, de instauração de um *lugar vazio do poder*): “eles esvaneceram não por causa de sua fraqueza, mas por conta de seu próprio sucesso, isto é, o trabalho deles [de subverter a ordem e a estrutura social] foi cumprido”⁴⁶.

Neste momento, faz-se de especial interesse correlacionar esse papel do “ato” como “suspensão da realidade constituída” e “pertencente ao Real”⁴⁷ que Žižek assume com a acepção lefortiana das eleições na sociedade democrática como “*teatro de uma aventura indomesticável*”⁴⁸, palco da indeterminação social e consumação da contingência indomável — antes exposta. Pois, o que vemos aqui é que Žižek, ao estabelecer que na democracia “o povo não existe”, e que “a ‘sociedade democrática’ deveria ser definida como uma sociedade cuja estrutura institucional inclui no circuito de sua reprodução ‘normal’, ‘regular’, o momento da dissolução do vínculo simbólico, e portanto, a irrupção do real: as eleições”⁴⁹, torna plenamente possível a defesa de que o tipo de ação que se faz operante nas eleições próprias à democracia possui a estrutura de *ato*⁵⁰.

Tal afirmação faz-se cabível em seu contexto teórico pois, o *ato* — tal como concebido em *Enjoy your symptom!* e em *For they know not what they do* — é sempre produzido e realizado pelo *sujeito* posto em questão e, em fato, para Žižek, por ser, na democracia, o sujeito o “nome daquele X insondável que é convocado, e, repentinamente se faz contável”⁵¹ este só pode ser o *povo*. Povo este que possui “como único momento de existência efetiva [...] as eleições, momento em que toda a rede social se desfaz e fica reduzida a uma coleção dispersa de ‘cidadãos’, de indivíduos atomizados”⁵². Destarte, vê-se que nesse contexto inicial de produção teórica de Slavoj Žižek, há uma profícua defesa das eleições democráticas liberais como elemento fundamental de instituição/destituição dos lugares do poder que, para não sucumbirem ao totalitarismo, devem permanecer permanentemente vazios, sendo o sujeito político em questão, o povo, nos momentos em que se faz contar (e assim, efetivamente, produzindo um *ato*), o principal garantidor de tal lugar vazio.

Entretanto, já em 1993, Žižek começará, pouco a pouco, a distanciar-se de tal leitura da democracia liberal amparada no ferramental lefortiano. O filósofo chega a colocar mesmo que “o problema com a democracia liberal é que a priori, por razões

sentido de proibir qualquer um a ocupar o lugar do poder; e, nesse sentido, tem um caráter democrático.” (*Ibid.* p. 268.)

⁴⁶ *Ibid.* p. 194.

⁴⁷ *Id.* *For They know not what they do: Enjoyment as a political factor*. 2. ed. Londres: Verso, 2002. p. 52-53. Aqui, o termo “Real” está em seu sentido lacaniano, que poderíamos brevemente definir como aquilo que, pro sujeito, surge como algo da ordem do “impossível, inapreensível e traumático”, que não é comportado pela esfera do simbólico, *i. e.*, não pode ser propriamente apreendido nas atuais coordenadas simbólicas que o sujeito se insere.

⁴⁸ LEFORT, Claude. *A invenção democrática: Os limites do totalitarismo*. Trad. Isabel Marva Loureiro. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 119.

⁴⁹ ŽIŽEK, Slavoj. *O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. p. 193.

⁵⁰ Haja vista que tais eleições possuem como principal característica a “dissolução do vínculo simbólico” e a “irrupção do real”.

⁵¹ *Id.* *For They know not what they do: Enjoyment as a political factor*. 2. ed. Londres: Verso, 2002, p. 189.

⁵² *Id.* *O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. p. 193.

estruturais, ela não pode ser universalizada. [...] A triunfante ‘nova ordem mundial’ democrático-liberal está cada vez mais marcada por uma fronteira separando seu ‘interior’ de seu ‘exterior’⁵³. Insta colocar que tal movimento de “descrença” para com a democracia em moldes liberais por parte de Žižek se deve a um amplo e profícuo diálogo que começa a ser travado com os filósofos Alain Badiou, Jacques Rancière e Etienne Balibar⁵⁴ — todos muito críticos da democracia liberal e de forte inspiração política de cunho marxista — e, também, à indiferença da União Europeia à ascensão de conflitos étnicos que tomaram corpo por toda a antiga Iugoslávia com o desmoronamento do regime socialista⁵⁵.

Considerações finais

Nesse esforço, o presente trabalho buscou sanar uma lacuna que se fazia sumamente presente nos mais diversos comentadores da obra žižekiana, sobretudo no que diz respeito às suas considerações filosófico-políticas que abarcam a democracia, a subjetivação política e as eleições em suas primeiras obras.

Disso, pretendeu-se realizar um breve panorama biográfico-histórico do autor e demonstrar como a constituição de suas reflexões relacionadas à democracia encontravam grandíssima correspondência com sua atuação política na então Iugoslávia. Fez-se importante demonstrar o papel fulcral — ora negligenciado por diversos de seus importantes comentadores — do pensamento de Claude Lefort em suas reflexões que concernem à democracia/totalitarismo e o papel das eleições no seio da sociedade democrática. Também se pôs como vital elucidar o breve movimento de aproximação e posterior afastamento do filósofo do projeto de “Democracia Radical” dos filósofos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, fruto de profundas divergências a respeito da conceituação da “subjetividade” frente ao fenômeno político. Por fim, restou propor que a inicial teorização dos aspectos políticos do conceito de “ato” por Žižek ainda o mantém nos meandros da reflexão política de Lefort, sobretudo pelo fato de salientar o caráter subversivo que as eleições tomam em meio à “sociedade democrática”, caracterizando, inclusive, o momento de *subjetivação política* do povo, que é colocado guardião do “lugar vazio do poder”, tal como foram os jacobinos ao realizarem a então “invenção democrática”.

Apesar de atualmente Žižek ter se tornado partidário de uma problematização política leninista e chegar mesmo a denegar toda e qualquer defesa irrestrita da democracia liberal, sua reflexão inicial sobre a democracia fornece, além de um belo

⁵³ *Id. Tarrying with the Negative: Kant, Hegel, and the Critique of Ideology*. Durham: Duke University Press, 1993. p. 222.

⁵⁴ Tal proximidade e diálogo começa a tomar lugar na filosofia de Žižek principalmente em *Multiculturalismo ou A lógica cultural do capitalismo multinacional* (1997) e em *O sujeito incômodo* (1999), estendendo-se, depois, por toda a sua obra.

⁵⁵ IRWIN, Jones; MOTOH, Helena. *Žižek and his contemporaries: On the emergence of the Slovenian Lacan*. Londres: Bloomsbury, 2014. p. 21-22.

registro da efervescência política que ganhara corpo na Eslovênia do fim da década de 80, um aparato conceitual poderoso de identificação e luta contra governos autoritários. A propósito de Lefort e a reflexão de Lacan sobre as instituições psiquiátricas, Safatle aponta que “o vazio é uma resposta possível ao fascismo”⁵⁶. E talvez, em momentos de profunda crise institucional — como a que se faz presente —, fazer valer o legado da *invenção democrática*, impedindo que o detentor deste precário *locus* do poder com ele se identifique, através de um povo que inexistente, faz-se como sumamente vital.

REFERÊNCIAS

BADIOU, Alain. *O ser e o evento*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.: Ed. UFRJ, 1996

BALIBAR, Etienne. *A filosofia de Marx*. Trad. Vera Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CINATTI, Claudia; DANTAS, Gilson; FEIJOO, Cecília; Žižek e seu diálogo com Marx, Lacan e Lenin. São Paulo: Edições ISKRA, 2015.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; PRADO, José Luiz Aidar. (org.). *Žižek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo*. São Paulo: Hacker, Editores, 2005.

GRILLO, Marcelo Gomes Franco. *O Direito na filosofia de Slavoj Žižek: perspectivas para um pensamento jurídico crítico*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2013.

GUERRA, Elizabete; TELES, Idete. (org.) *Lacunas do Real: leituras de Slavoj Žižek*. Florianópolis: NEFIPO, 2009.

IRWIN, Jones; MOTOH, Helena. *Žižek and his contemporaries: On the emergence of the Slovenian Lacan*. Londres: Bloomsbury, 2014.

JAMESON, Fredric. *The Ideologies of Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática: Os limites do totalitarismo*. Trad. Isabel Marva Loureiro. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PARKER, Ian. *Slavoj Žižek: a critical introduction*. Londres: Pluto Press, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

SAFATLE, Vladimir. *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

⁵⁶ SAFATLE, Vladimir. *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 54. Grifos nosso.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAFATLE, Vladimir Pinheiro. Depois da culpabilidade: figuras do supereu na sociedade de consumo. In: DUNKER, Christian Ingo Lenz; PRADO, José Luiz Aidar. (org.). *Žižek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo*. São Paulo: Hacker, Editores, 2005.

ŽIŽEK, Slavoj. *O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

ŽIŽEK, Slavoj. *The sublime object of ideology*. 2. ed. Londres: Verso, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. *Looking Awry: An introduction to Jacques Lacan through popular culture*. Massachusetts: The MIT Press, 1991.

ŽIŽEK, Slavoj. *For They know not what they do: Enjoyment as a political factor*. 2. ed. Londres: Verso, 2002.

ŽIŽEK, Slavoj. *Enjoy Your Symptom!* 2. ed. Nova Iorque: Routledge, 2001.

ŽIŽEK, Slavoj. *Tarrying with the Negative: Kant, Hegel, and the Critique of Ideology*. Durham: Duke University Press, 1993.

Data de Recebimento: 06/10/2021.

Data de Aprovação: 14/03/2022.